

A opinião pública como instrumento de censura intelectual em uma sociedade de massa nascente, na obra de Alexis de Tocqueville e em sua articulação com o pensamento de John Stuart Mill.

Palavras-chave: Opinião pública; Alexis de Tocqueville; John Stuart Mill

Ana Cláudia Theme da Silveira Soares

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Especialista em Marketing – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC

Graduada em Comunicação Social / Jornalismo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Introdução

Na contemporaneidade, é cada vez maior o número de estudos e pesquisas desenvolvidos dentro e fora do âmbito acadêmico acerca da relevância e da influência da opinião pública nos diversos processos da vida política, em diferentes sociedades.

Cientistas sociais e políticos, historiadores, especialistas em comunicação e em muitas outras áreas do conhecimento debruçam-se sobre esse campo de estudos, cuja importância cresce à medida em que as tecnologias da informação se sucedem, na chamada era do conhecimento. Surgem novas possibilidades de pesquisa, mensuração e avaliação a respeito do modo como os acontecimentos agem sobre a opinião pública e a maneira como esta influi sobre os acontecimentos — um movimento pendular que constitui a ambigüidade, a riqueza e o desafio da história da opinião pública.

A despeito da dificuldade freqüentemente encontrada quanto à melhor definição para opinião pública, pois esta “faz parte dos fenômenos sociais aparentemente evidentes, mas que se furtam à análise no momento em que esta visa à precisão científica” (Burdeau, 2007), sua valorização como temática de estudos para a Ciência Política justifica-se: a opinião pública integra-se aos processos histórico e político vinculados à dimensão da vida em sociedade; não importa apenas conhecer e analisar as ações empreendidas pelos homens, mas também o modo como estas são percebidas, em seu tempo e ao longo da história.

Tal percepção constitui-se em objeto de interesse para intelectuais e acadêmicos, bem como para os diversos atores políticos: quais são os meios de que o Estado, os governantes, os partidos políticos, os cidadãos, os grupos de pressão dispõem para influenciar ou moldar a opinião pública? Qual é a atuação da mídia sobre

ela? Que papéis desempenha a opinião pública nas sociedades contemporâneas de massa?

É em direção à última pergunta que o presente trabalho se desenvolve, com a perspectiva de lançar um olhar sobre o passado para buscar ampliar a reflexão sobre a atualidade.

Justificativa

No século XIX, ao testemunharem o surgimento da sociedade de massa e de uma ordem social democrática, marcada pela crescente tendência ao igualitarismo, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill compartilharam a mesma preocupação com o caráter de censura intelectual exercida pela opinião da maioria.

A leitura da obra *A Democracia na América* revela-se uma experiência singular, não apenas devido à clareza do estilo narrativo de Tocqueville ou à riqueza de detalhes utilizada na descrição da sociedade norte-americana; mas principalmente pelo profundo senso de observação sociológica do autor francês, cujo olhar aristocrático foi extremamente sensível às nuances que se delineavam naquela democracia, “arranjo social no qual o colapso das hierarquias de classe (até então legalmente estabelecidas) propicia a homogeneização das condições de vida” (Oliveira, 2006).

Nas palavras de Aron (2003), Tocqueville constata determinadas características inerentes à essência de toda sociedade moderna, ou democrática, porém ressalta a possibilidade de uma pluralidade de regimes políticos, a partir dessa base comum de fundamentos. “Tocqueville é o sociólogo comparativista por excelência; procura identificar o que é importante, confrontando espécies de sociedades pertencentes a um mesmo gênero ou a um mesmo tipo”.

O modo como o autor anteviu, na primeira metade do século XIX, aspectos que se revelariam perenes nas sociedades democráticas de nossos dias apenas corrobora a atualidade da obra tocquevilleana e o interesse em estudá-la mais detidamente, em especial no tocante aos seguintes conceitos, articulados entre si:

- a sociedade de massa nascente e alguns de seus principais atributos;
- o papel de censura intelectual exercido pela opinião pública, no contexto de tirania da maioria;
- a liberdade de imprensa como instrumento democrático.

Estas questões, tão presentes em *A Democracia na América*, ecoam nitidamente na obra do pensador liberal inglês John Stuart Mill. Desse modo, é possível estabelecer uma interlocução entre Tocqueville e o autor de *Sobre a Liberdade*, no que concerne a tal recorte temático.

A Sociedade de Massa: o homem indiferenciado

Em suas impressões e reflexões sobre o Novo Mundo, Tocqueville chama a atenção para a influência geral exercida pelo contexto social igualitário na vida norte-americana. Ao lançar o olhar sobre essa sociedade, o que vislumbra é:

(...) uma multidão incontável de homens semelhantes e iguais, que se movem sem cessar para alcançarem pequenos e vulgares prazeres, de que enchem a própria alma. Cada um deles, separado dos outros, é como que estranho ao destino de todos eles: seus filhos e amigos particulares formam, para ele, toda a espécie humana; quanto ao restante de seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-os, mas não os sente; só existe em si mesmo e para si mesmo e, se lhe resta ainda uma família, pode-se dizer que não tem mais pátria.

(A Democracia na América)

Na descrição tocquevilleana, a nova sociedade democrática ergue suas fundações sobre os escombros da ordem aristocrática, rompendo a antiga cadeia que mantinha os homens interligados. Estes, anteriormente, eram capazes de reconhecer, acima ou abaixo de si próprios, os outros a quem se vinculavam.

À proporção que as condições de vida se igualam, os elos são deixados à parte e novos referenciais em relação ao outro se estabelecem, inclusive com a desqualificação da autoridade até então vigente — nesta sociedade, os homens são como estrangeiros entre si.

Surge um novo sentimento, fruto da reflexão elaborada por esse homem que se percebe em um contexto marcado pela ausência de superioridade aristocrática e pelo não pertencimento a um grupo; rodeado por seus iguais, conta com os próprios recursos para decidir seu destino, pautando-se pelo uso da razão e de seu entendimento acerca do mundo. Tal sentimento exige uma definição adequada aos novos tempos, em que predomina o estar inteiramente só: individualismo.

Ao contrário do egoísmo, “um vício tão velho como o mundo”, o individualismo é uma característica do cidadão, um sub-produto da democracia e com ela tende a acentuar-se, alerta Tocqueville. Disseminado na sociedade de massa nascente, o individualismo contribui para habituar os homens ao isolamento em seu círculo privado. Mergulhados nos próprios núcleos e voltados para seus negócios, os homens abrem mão da vida pública e da sociedade política, passando a compor uma massa uniforme.

À medida em que as condições se igualam num povo, os indivíduos parecem menores e a sociedade maior, ou melhor, cada cidadão semelhante a todos os outros perde-se na massa e só percebe a vasta e magnífica imagem do próprio povo (...)

(A Democracia na América)

Este indivíduo apequenado, fraco, incapaz de perceber o todo que o cerca, bem como a complexidade da estrutura social em que se insere, pouco pode isoladamente. Vislumbra, então, a possibilidade de exercer o poder por meio do associativismo — no limite, entretanto, esta forma de mediação política acarreta tão grande multiplicidade de associações, a trama do tecido social vai-se emaranhando de tal forma que termina por provocar um efeito indesejável: o processo político torna-se opaco, seus contornos difusos e seu controle, impessoal.

Uma outra característica chama a atenção de Tocqueville na sociedade democrática recém-constituída sobre a base do igualitarismo. O estabelecimento de um certo nível mediano permeia todos os campos da atividade humana, desde as inteligências até as fortunas, da educação aos espíritos. Se, por um lado, esta sociedade oferece mais bem-estar a um maior número de pessoas, por outro, perde em brilho intelectual e virtude:

(...) se a razão parece mais proveitosa aos homens do que o gênio; se o objetivo não é criar virtudes heróicas mas hábitos pacíficos; (...) se, em lugar de agir no seio de uma sociedade brilhante, basta viver no meio de uma sociedade próspera; (...) então, igualemos as condições, e constituamos um regime democrático.

(A Democracia na América)

Os homens não almejam a singularidade nem tampouco a diferenciação, não valorizam a originalidade e preferem “o bom senso que cria as grandes fortunas ao gênio que, freqüentemente, as dissipa”. Os hábitos dos negócios impregnam a vida política e uma mediocridade generalizada se instala. A uniformidade tão marcante na sociedade de massa não deixa de sensibilizar Tocqueville que, neste aspecto em particular, revela uma certa nostalgia em relação à sociedade aristocrática.

Produz-se, assim, um processo de embotamento, além da diminuição do emprego do livre-arbítrio, por parte de homens cujos espíritos e almas mais originais e vigorosos não conseguem se destacar na massa uniforme de seus semelhantes, em uma sociedade marcada por um senso de mediocridade generalizada. Outros traços da ordem social norte-americana realçados pelo autor francês são o materialismo exacerbado; o forte senso de utilitarismo, inclusive aplicado ao saber e à ciência; e a mobilidade social.

Na obra de John Stuart Mill, ecoa a mesma percepção quanto à mediocridade na sociedade, em que os homens parecem mimetizados à massa e pouco interessados na vida política, enquanto a opinião pública ganha importância, em contraste com o apequenamento do indivíduo.

Hoje os indivíduos estão perdidos na multidão. Em política, é quase trivial dizer que a opinião pública rege o mundo. A única força que merece o nome é a das massas (...) isto é, mediocridade coletiva. E, o que constitui ainda maior novidade, a massa não toma, hoje, as suas opiniões de dignitários da Igreja ou do Estado (...) elas lhes provêm de homens muito

semelhantes a ela, que a ela se dirigem, ou que em nome dela falam.

(Sobre a Liberdade)

Mill refuta a mediocridade uniformizadora, mãe de uma sociedade fraca, e valoriza a diversidade e a pluralidade, ao pregar o não-conformismo à opinião pública majoritária, socialmente imposta. Tal como Tocqueville, aponta, como resultante das transformações políticas, a tendência a “erguer o baixo e rebaixar o alto”, criando um espaço social coletivo onde todos lêem, ouvem e vêem as mesmas coisas, transitam pelos mesmos lugares, desfrutam as mesmas liberdades e elegem os mesmos objetos de suas esperanças e de seus temores.

A Opinião Pública e o Império Moral da Maioria

Na sociedade homogeneizadora e de massa descrita por Tocqueville, se a capacidade individual de exercer influência isoladamente é reduzida, o peso da opinião pública, ao contrário, é enorme. A interpretação irrestrita do princípio de que os interesses do maior número devem ser preferidos aos da minoria conduz à fundamentação do império moral da maioria, acarretando séria ameaça à liberdade individual e de grupos considerados minoritários. Nas palavras de Tocqueville,

(...) a maioria tem, nos Estados Unidos, imenso poder de fato, e poder de opinião quase tão grande; e quando esta se forma a respeito de um assunto, não há, talvez, obstáculos que possam, não digo detê-la, mas mesmo retardar-lhe a marcha, deixá-la escutar as queixas dos que esmaga na passagem.

(A Democracia na América)

Tal poder irresistível, atribuído à opinião majoritária, articula-se ao temor toquevilleano em relação à pequena garantia oferecida pela democracia contra aquilo que ele denomina a tirania da maioria. E como a maioria é legitimada a partir do estabelecimento do consenso, o seu poder é praticamente absoluto, inclusive em face de uma falsa noção de infalibilidade.

Porém, em se tratando do gênero humano, não há certeza que se arrogue indiscutível, alerta Stuart Mill, da mesma forma que as épocas não são mais infalíveis do que os indivíduos, conforme comprovam a experiência e a história. Por outro lado, a possibilidade sempre presente de corrigir os erros e o rumo de suas ações, construindo um processo de aprendizado e aperfeiçoamento, confere perfectibilidade ao homem, bem como virtude intelectual e moral.

Esse processo de individuação, também apontado por Tocqueville, exige um contexto de liberdade de escolha, no qual o sujeito é responsabilizado por suas opções individuais e impelido à reflexão. Por compreender que o caminho capaz de conduzir ao aperfeiçoamento humano requer a tolerância à diferença, Mill é um ardoroso defensor da pluralidade e da liberdade, pois acredita que a construção do sujeito realiza-se por intermédio de sua interação com o outro, em um processo social. Desse modo, seu pensamento alinha-se ao do autor de *A Democracia na América*, na crítica ao novo tipo de despotismo democrático.

Na análise toquevilleana sobre a tirania da maioria, um aspecto em particular oferece uma abordagem mais do que perspicaz e original, especialmente se considerada à luz da experiência contemporânea: o caráter de censura intelectual identificado na atuação da opinião pública. Esta exige, por parte dos indivíduos, não apenas a submissão às decisões engendradas pela maioria, como também às idéias, noções, preconceitos e valores majoritários.

Conforme assinala Jasmin (1997),

(...) apesar da inexistência de uma censura institucional ao pensamento e à palavra, a opinião pública nas sociedades igualitárias tende a ser tão homogênea que juízos divergentes não encontram eco e desaparecem. A censura invisível da maioria esmaga as individualidades e impede a independência intelectual, consolidando a mediocridade intelectual da democracia e a impotência do indivíduo frente às massas.

(Alexis de Tocqueville – A Historiografia como Ciência da Política)

A opinião pública impõe-se à sociedade, a igualdade tem como resultante a constituição de um pensamento massificado, cuja existência não abre espaço para a dissonância ou a dissidência. Esta constatação leva Tocqueville a afirmar não haver, na América, independência de espírito e de discussão, pois a maioria cria um círculo de ferro em torno do pensamento.

A violência intelectual gerada pela democracia é uma revelação tocquevilleana e uma nova e mais sofisticada forma de exercer o despotismo. Se, nos regimes aristocráticos, o poder material realizava-se sobre as ações e não era capaz de atingir as vontades, na sociedade igualitária a maioria reveste-se de força material e moral, ampliando sua coerção para além da ação, ao impedir, ao mesmo tempo, o feito e o desejo de fazer.

As idéias discordantes da opinião pública majoritária sequer chegam a ser expressas, pois morrem mesmo no nascedouro. Quando isso não acontece, as conseqüências são de tal forma graves para quem ousa fazê-lo, que é como um exílio em sua própria pátria, conforme descreve brilhantemente Tocqueville:

(...) nas repúblicas democráticas, não é assim que procede a tirania; deixa de lado o corpo e vai direto à alma. O mestre não diz mais: "Pensarás como eu ou morrerás"; mas diz: "És livre de não pensar como eu; a vida, os bens, tudo te é assegurado, mas, deste dia em diante, és um estrangeiro entre nós. Os privilégios da cidadania são mantidos, mas tornar-se-ão inúteis; pois se buscas o voto de teus concidadãos, não o

darão, se só pedes a estima, farão como se recusassem. Restarás entre os homens, perdendo o direito à humanidade. Quando te aproximares de um semelhante, fugirá como de um impuro; e os que crêem em tua inocência também te abandonarão, porque seriam evitados por sua vez. Vai em paz, deixo-te a vida, mas torno-a pior do que a morte”.

(A Democracia na América)

Portanto, o pensamento massificado ameaça o espírito de individualidade — atributo cuja manutenção será produto da arte, bem como a construção de uma sociedade política de qualidade. Conforme assinala Oliveira (2006), a tendência dos homens a aderir à opinião dominante como parâmetro norteador para suas ações compromete sua racionalidade, pois ninguém é capaz de decidir refletidamente sobre tudo, durante todo o tempo.

Tal racionalidade encontra limitação ainda no volume informacional produzido pelos novos meios de divulgação da opinião pública, “que pode gerar um tipo especial de ignorância: as pessoas desistem de tentar organizar tudo o que escutam e lêem, e terminam por fazer suas escolhas de modo aleatório (...). É o desalento frente a um excesso de informação que não pode ser processada a tempo de auxiliar o processo decisório” (Oliveira, 2006).

Também para Mill, a racionalidade humana é limitada. O autor inglês aponta a influência dos costumes na adesão emocional (não como produto de reflexão) às opiniões dominantes, cujo efeito de “evitar qualquer dúvida sobre as regras de conduta que os homens impõem à atividade alheia é o mais completo possível, por constituir assunto no qual, geralmente, não se considera necessário apresentar razões”. Quem faz algo porque é costume, ensina Mill, não escolhe.

Assim, efetiva-se a tirania da maioria e anula-se a característica essencial do homem, que o distingue: a capacidade de escolha, o livre arbítrio. Com o indivíduo imerso na sociedade de massa como mais um na multidão, conformado à opinião

dominante, configura-se uma ordem política baseada numa razão frágil e submetida à opressão. O antídoto contra tal estado de coisas constitui uma das máximas do liberalismo: o elogio e a defesa da liberdade — em sua concepção mais ampla, liberdade de pensar, exprimir e publicar opiniões.

As palavras de Mill ressoam Tocqueville:

(...) Importa ainda o amparo contra a tirania da opinião e do sentimento dominantes: contra a tendência da sociedade para impor, por outros meios além das penalidades civis, as próprias idéias e práticas como regras de conduta àqueles que delas divergem, para refrear e, se possível, prevenir a formação de qualquer individualidade em desarmonia com os seus rumos, e compelir todos os caracteres a se plasmarem sobre o modelo dela própria.

(Sobre a Liberdade)

Para os dois autores, nas sociedades igualitárias ocorre um processo de homogeneização da opinião pública, descrito por Frey (2000) como “uma tirania uniformizadora que se estenderia à vida psicossocial, intelectual e cultural, suprimindo a diversidade social. As respectivas idéias e sentimentos democráticos, por sua vez, influenciam o funcionamento e as características da sociedade política”. Mill valoriza o potencial da diversidade, não só de opiniões mas de experiências de modos de vida, com uma ansiedade, conforme salienta Berlin (1981), tão grande quanto a de Tocqueville, para preservar a variedade e resistir aos perigos da pressão social.

O pensamento tocquevilleano e a obra de Stuart Mill dialogam, portanto, quanto aos perigos representados pelos efeitos intelectuais, sociais e políticos decorrentes do estabelecimento da sociedade democrática de massa. Ambos sinalizaram, na própria democracia, a cura para tal ameaça.

A Liberdade de Imprensa

No contexto das sociedades igualitárias, tal como descrito por Tocqueville e Mill, a liberdade de imprensa surge valorizada como uma possibilidade de fortalecer a voz dos indivíduos enfraquecidos na massa, configurando um espaço para o exercício da resistência à tirania da opinião pública. Na análise toquevilleana, a liberdade de imprensa é muito mais preciosa nessas nações, ao se constituir, por excelência, como o instrumento democrático da liberdade.

O caráter aglutinador da imprensa é reconhecido como importante reforço ao associativismo, ao atuar como porta-voz das vontades individuais canalizadas em prol de um interesse comum. Ao mesmo tempo, a liberdade de imprensa promove uma fundamental contribuição à divulgação da pluralidade de opiniões, condição necessária à soberania popular, no que tange à capacidade dos indivíduos de se apropriar do conhecimento e de diferentes visões de mundo, para fazer uso de sua razão e de sua capacidade de escolha.

Por outro lado, a vasta quantidade de informações disponíveis por toda a parte também produz o efeito contrário ao desejável: freqüentemente, o público mostra-se mais confuso do que esclarecido perante a mídia, menos capaz de lançar mão de sua racionalidade para se posicionar diante dos acontecimentos da vida política.

Por tudo isso, Tocqueville reconhece a inexistência de um meio-termo justo aplicável à liberdade de imprensa: se esta é certamente fundamental, também constitui fonte de "males inevitáveis". Na visão dele, a imprensa é, sem dúvida, mais importante pelo auxílio prestado como atenuante dos efeitos negativos peculiares às sociedades democráticas do que pelos benefícios que possa gerar.

Destaca ainda a presença de uma variedade de jornais na vida cotidiana norte-americana e constata que a divisão das forças da imprensa, porém, não diminui sua ação catalisadora, ao fazer circular informações acerca do processo político e de seus atores. Não escapam à observação tocquevilleana o papel da imprensa como peça importante na engrenagem da opinião pública e o seu poder (impregnado de ambigüidade) na sociedade democrática.

Conclusão

Em seu tempo, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill relataram, com rara sensibilidade, o surgimento e os primeiros traços de fenômenos cujos efeitos se fazem presentes em nossos dias, ainda de forma mais acentuada.

O individualismo e o materialismo exacerbados em escala global nas sociedades contemporâneas; o desinteresse pela atuação na esfera pública; a cultura de massa uniformizadora que desqualifica o regional, o típico e o original; todos estes elementos, dentre muitos outros igualmente relevantes, permeiam a obra tocquevilleana e o pensamento de Mill, revelando ainda a preocupação com a censura intelectual exercida pela opinião pública. Referendada pelo consenso da maioria, impõe-se com tal força moral a ponto de obliterar juízos dissonantes e manifestações minoritárias. Nas palavras de Pierre Bourdieu (2005), “o conhecimento do mundo social e, mais precisamente, das categorias que o tornam possível, são o que está em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo”.

Mill e Tocqueville anteviram as ameaças à plena liberdade de pensamento e de expressão nas sociedades democráticas, bem como a mediocridade generalizada e a complexidade relacionada ao uso da razão como bússola das ações humanas, especialmente em face da preponderância dos meios de comunicação de massa na vida política e social, inclusive no sentido descrito por Martin-Barbero (1997): como um espaço onde as diferenças são encobertas e negadas.

Por meio da interlocução estabelecida entre as considerações de Tocqueville e de Mill no século XIX, evidenciou-se a importância desta temática e a atualidade dos autores para a teoria política contemporânea, como assinala Berlin:

Nossa situação é diferente da do século XIX (...): a área da irracionalidade parece mais extensa e mais complexa do que Mill poderia imaginar (...). Ao contrário de (...) Tocqueville, não tinha ele uma visão do que poderia trazer o século XX. Mas percebeu que, em nome da filantropia, da democracia e da igualdade, estava sendo criada uma sociedade em que os objetivos humanos eram fabricados artificialmente, eram mais estreitos e mais mesquinhos, e que a maioria dos homens estava sendo convertida, para usar expressão de seu prezado amigo Tocqueville, em mero "rebanho industrioso".

(Quatro Ensaios Sobre a Liberdade)

Referências Bibliográficas

- Aron, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Berlin, I. *Quatro Ensaios Sobre a Liberdade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.
- Burdeau, G. in *Por Uma História Política*. René Remond (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- Frey, K. Descentralização e Poder Local em Alexis de Tocqueville. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.15, nov. 2000.
- Jasmin, M. G. *Alexis de Tocqueville – A Historiografia como Ciência da Política*. Rio de Janeiro: Access, 1997.
- Martin-Barbero, J. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- Mill, J. S. *Sobre a Liberdade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.
- Oliveira, I. A. R. *Teoria Política Moderna – uma Introdução*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- Tocqueville, A. *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores, vol XXIX. São Paulo: Abril Cultural, 1973.